



A PRODUÇÃO DAS HIERARQUIAS SOCIAIS DE CLASSE, RAÇA E GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

BAPTISTA, Ronaldo Pimentel

Mestre pelo PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS -

NEAB-CEFET-RJ

pimentel.ronaldo80@gmail.com

201

RESUMO:

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre os possíveis processos de exclusão via raça, classe e gênero e perceber como isso se manifesta na produção das diferenças sociais no mercado de trabalho no Brasil. Utiliza como base para essa compreensão uma matéria veiculada no Jornal O Globo em 19/08/2013, cujo título é “**Exclusão no trabalho: Mulher e negro ficam mais tempo desempregados**”. A discussão se dá a partir de autores/as que discutem as categorias raça, classe e gênero como produtoras de hierarquias na estrutura social.

PALAVRAS-CHAVES: Raça; Gênero; Mercado de trabalho

ABSTRACT:

This article aims to present a reflection about possible processes of exclusion by races, class and genre and understand how this is expressed in the social differences in the job market in Brazil. Uses as a reference to its perception an article published at O Globo Newspaper in 08/19/2013, whose title is “**work’s Exclusion: Women and black people stay for more time unemployed**”. The discussion is evidenced since authors which reflects race, class and genre as leads of hierarchies in social structure.

KEY-WORDS: Race; Genre; Market job



INTRODUÇÃO

Os processos diversos de discriminação que atravessam os/as sujeitos/as nas estruturas sociais são responsáveis por compor um processo de exclusão perene que faz com que alguns grupos sejam hierarquizados em todos os contextos sociais.

Entre esses processos discriminatórios estão o racismo e o sexismo, “que são vivenciados cotidianamente por grande parte da população brasileira, justamente em uma sociedade que se conclama democrática, mas que não se materializa como igualitária para diversos de seus segmentos” (LOPES, 2013, p. 16).

É perceptível assim, que as relações sociais no Brasil continuam se desenvolvendo a partir de um constructo estrutural racista e machista, que em última instância permanece discriminando e preterindo as mulheres negras em detrimento das mulheres brancas e de homens.

Apesar das nuances ideológicas que ainda habitam parte significativa do imaginário social coletivo brasileiro, e de ainda serem apregoadas numa perspectiva racial democrática, as engrenagens que movem a dinâmica da sociedade, explicitam a gritante contradição em relação àquilo que é propalado pela inventiva ideológica da democracia racial brasileira.

Entre os diversos eixos de subordinação a que estão inseridos grupos que são alijados do processo democrático do país, podemos destacar alguns níveis de hierarquização das relações sociais no Brasil. É possível observar as várias formas de discriminação racial, social e gênero ainda nos contextos contemporâneos.

Fazendo um recorte mais preciso sobre as questões de gênero e raça, podemos perceber as mulheres negras como um segmento que vivencia diversos eixos de discriminação. Nesse sentido, tanto a experiência de ser mulher como a de ser negra constituem marcações que colocam esse segmento em posições hierárquicas desfavoráveis na pirâmide social do país.

Autoras como Sueli Carneiro, Jurema Werneck e Luiza Bairros problematizam o lugar social da mulher negra na sociedade brasileira e apontam direcionamentos que definem as mulheres negras como construtoras de sua história e



detentoras de estratégias que pretendem amortecer ou diluir os efeitos do racismo e sexismo em nossa sociedade. Essas autoras ajudam a pensar os contornos que emergem em torno dos conceitos de mulher negra e feminismo negro além de situarem suas escritas num campo de discussão teórico-militante cujo intuito é construir um espaço acadêmico-político que viabilize acesso aos direitos às mulheres negras.

Nesse sentido, faz-se importante refletir sobre os diversos campos em que é possível observar os efeitos do racismo e do machismo na sociedade brasileira, compreendendo assim as nuances que estão imbricadas nesse processo.

Em virtude disto e com o objetivo de ilustrar o arcabouço argumentativo e teórico que desenvolveremos ao longo do referido artigo, pautaremos nossas reflexões e ponderações tendo como base a matéria jornalística que tem como título “*Exclusão no trabalho: Mulher e negro ficam mais tempo desempregados*”. A referida matéria que se encontra no anexo do artigo, foi publicada no Jornal O Globo em 19/08/2013.

O próprio título da matéria nos dá elementos pra refletir sobre as hierarquias de exclusão presentes em nossa sociedade. Nesse sentido, a partir do conteúdo exposto na matéria do “Jornal O Globo” podemos pensar essas peculiaridades que circundam as estruturas sociais no Brasil.

Para compor o presente artigo, faremos uma breve discussão sobre as questões que demarcam os processos de hierarquização no contexto brasileiro, analisando desse modo a classe, a raça e o gênero como fatores marcantes nesses processos de exclusão.

Em seguida será feita uma breve análise da matéria aqui citada para identificação de possíveis processos de exclusão via raça, classe e gênero e como isso se manifesta no mercado de trabalho como reflexo da produção das diferenças sociais no Brasil. Por fim apresento algumas considerações que encerram o presente artigo.

2 PRODUÇÃO DAS HIERARQUIAS SOCIAIS: CLASSE, RAÇA E GÊNERO

Pensar as diversas formas de marcações identitárias que produzem hierarquizações na nossa sociedade é uma tarefa desafiadora, tendo em vista que



consiste num campo complexo de distintas formas de produção de diferenças e diferenciações.

De acordo com Aguiar (2007), as hierarquias sociais estão presentes nos temas mais variados no cerne dos estudos das Ciências Sociais. Segundo o autor, “no Brasil, a questão do preconceito e da discriminação, estão implicados na associação entre a raça e classe” (AGUIAR, 2007, p. 83).

O autor faz uma discussão sobre o conceito de classe e acrescenta elementos, que no Brasil, são composições inevitáveis na produção de hierarquia social. Reflete

Que no caso brasileiro nossa noção nativa de cor pode mudar. A raça ou a cor funciona como um critério relevante no preenchimento de posições na estrutura de classes. Nesse sentido, a raça funciona como um mecanismo adscritivo de criação de desvantagens no acesso ao mercado de trabalho e outros setores da vida social. (AGUIAR, 2007, p. 84).

Podemos observar segundo a perspectiva do autor que a relação entre o critério de classificação das pessoas pela cor da pele está intimamente relacionado, no Brasil, à divisão das classes sociais, ou seja, “pode-se afirmar que a pobreza tem cor no Brasil” (AGUIAR, 2007, p. 84).

Entendemos que o racismo está sobremaneira ligado as questões de posições de classe, contudo é visível que ele atravessa todas as classes e as nuances das estruturas sociais no país. É necessário compreender que olhar somente para problematização das classes sociais que são atravessadas pelo racismo não é suficiente pra percebermos os processos de hierarquização da nossa sociedade.

Assim, cabe refletir a partir de Stuart Hall quando menciona que,

A categoria “raça” não é científica. As diferenças atribuíveis à “raça” numa mesma população são tão grandes quanto àquelas encontradas entre populações racialmente definidas. “Raça” é uma construção política e social. É a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão – ou seja, o racismo (HALL, 2009, p. 66).

É possível analisar que mesmo a categoria raça sendo uma construção sócio-histórica está disseminada na nossa construção cultural e estabelece discursos que



produzem o racismo. Refletindo sobre tal conceito é possível ainda, discorrer sobre o mesmo, já que é importante pensa-lo para problematizar o modo como às pessoas são socialmente racializadas nas práticas sociais em que vivem. Munanga (2006) embasa a discussão, quando ressalta que,

O conceito de raça, tal qual empregado hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois, como todas as ideologias ele esconde algo não proclamado: a relação de poder e de dominação. A raça, sempre apresentada como categoria biológica, naturalizada é de fato uma categoria etno-semântica. De outro modo, o campo semântico do conceito de raça é determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam. Os conceitos de negro, branco, mestiço não significam a mesma coisa nos Estados Unidos, no Brasil, na África do Sul, na Inglaterra etc. Por isto, o conteúdo dessas palavras é etno-semântico, político-ideológico e não biológico (MUNANGA, 2006, p. 27).

A partir dessa reflexão esboçada por Munanga entendemos que do ponto de vista científico não existem raças humanas; há apenas uma raça humana. No entanto, do ponto de vista social e político é possível (e necessário) reconhecer a existência do racismo enquanto atitude. Assim, só há sentido em usar o termo raça em uma sociedade racializada, ou seja, que define a trajetória social dos indivíduos em razão da sua aparência.

Nesse sentido, em outras margens, porém, não desvinculadas das questões de classe o gênero é também uma das dimensões fundamentais na construção das hierarquias sociais (AGRUIAR, 2007). Sob essa perspectiva, as discussões a cerca do gênero nos orientam para um caminho possível na compreensão e na tentativa de diluição das hierarquias sociais.

Essas questões entram em cena com mais ênfase, na conjuntura do século XX, com os chamados Novos Movimentos Sociais pós década de 1970, que se tornam cada vez mais especializados e complexos, refletindo de forma mais densa uma semântica em torno de reivindicações pelo direito às diferenças e ao reconhecimento. Nesse sentido, Gohn (1997), destaca que,

Chegamos, portanto aos anos 80 com um panorama mundial das formas de manifestação dos movimentos sociais basicamente alterado. Progressivamente, as lutas armadas na Ásia, na América Latina e na



África, e o próprio movimento operário, todos fortemente estruturados segundo a problemática dos antagonismos entre as classes sociais, deram lugar a outras problemáticas sociais, enquanto eixos centralizados das lutas sociais. O desenvolvimento do novo cenário passou pela revolta dos negros no movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos; pelas rebeliões estudantis dos anos 60, juntamente com a emergência de uma série de movimentos étnicos; pela estruturação da problemática de gênero; pelas revoltas contra as guerras e armas nucleares; assim como pela constituição do movimento dos “pobladores” ou moradores, ou simplesmente de cidadãos, na cena política da América Latina e Espanha (GOHN, 1997, p. 333).

Dessa forma, são questionados, junto com os feminismos diversas estruturas e práticas sociais vigentes no modelo hegemônico. Esses movimentos,

Acabam por questionar as categorias fundamentais da ciência, teorias metodologias ocidentais. Para essas autoras há uma necessidade de mudança do paradigma marxista para o pensamento feminista. O que seria chamado indivíduo portador da razão e que busca a liberdade? Será que ele possui gênero, cor e etc.? Será que tais diferenças têm alguma atuação na formação do seu eu e da sua posição social? (AGUIAR, 2007, p. 85).

Essas indagações colocam em cheque além do discurso hegemônico os lugares e papéis sociais a que são colocados homens e mulheres na sociedade. Aguiar (2007) reflete em seu texto sobre o percurso que o feminismo percorre em se propor a questionar o padrão machista e a naturalização do sexo como fator predominante para classificação dos gêneros. No entanto, podemos refletir como os marcadores de raça e gênero produzem processo de exclusão nas sociedades.

2.1 Raça e Gênero como marcadores que produzem exclusão

Se as identidades de gênero e raça são construídas e vividas, se comportando também como princípios estruturantes da vida humana (MOORE, 2000), discutir tais categorias dentro de determinados contextos, é importante para compreensão de como estes produzem reflexos nos sistemas sociais.

Judith Butler (2012) reconhece que o gênero se intersecta com diversas modalidades de identidades constituídas discursivamente - raciais, de classe, étnicas, sexuais, etc. – motivo que torna impossível separar “gênero” das intersecções políticas e



culturais nas quais é produzido e sustentado. Afirma também que o gênero não se constitui de modo coerente ou consistente em diversos contextos históricos. Assim, tanto a perspectiva de gênero como a de raça são marcações que atravessam os sujeitos históricos.

A partir dessa discussão é possível compreender os processos de exclusão produzidos na sociedade brasileira, por exemplo, a partir da discriminação através do racismo ou machismo. Nesse sentido, Avtar Brah (2006) menciona que a racialização do gênero ainda faz da “raça” um marcador aparentemente inerradicável de diferença “racial” enfatizando também diferenças e antagonismos organizados em torno a outros marcadores como “gênero” e “classe”.

Podemos destacar nessa reflexão as mulheres negras, que sofrem um duplo processo de exclusão, por ser mulher e por ser negra. Assim, como argumenta Bairros (1995), esta categoria é construída a partir da experiência de ser negro (vivida “através” do gênero) e de ser mulher (vivida através da raça). Ainda a partir dessa reflexão, segundo, Carneiro (2003),

Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, por que nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados. Hoje, empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas, ou de mulatas tipo exportação. Quando falamos em romper com o mito da rainha do lar, da musa idolatrada dos poetas, de que mulheres estamos falando? (CARNEIRO, 2003, p. 50).

Na fala exposta pela autora podem ser destacados a raça, o gênero e a classe como fato preponderante na exclusão das mulheres negras. Nesse sentido, é possível perceber que este segmento é o que mais “sofre” nas disputas por uma vaga de trabalho por exemplo.

Na matéria analisada neste artigo a fala de uma jovem menciona bem esse quadro, quando ressalta que,



“Dá a impressão de que nunca está bom, que não estou atendendo às exigências”.

(Matéria “**Exclusão no trabalho: Mulher e negro ficam mais tempo desempregados**”. Veiculada no jornal “O Globo” em 19/08/2-13. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/os-excluidos-do-trabalho9603327#ixzz2fBYU7UAi>>)

A fala da jovem Leila, que também é fotografada na matéria deixa visível um duplo processo de discriminação sofrida no mercado de trabalho, que está visivelmente relacionado a dois eixos de subordinação, ligados ao gênero e a raça. A partir dessa construção é possível trazer as considerações de Jurema Werneck (2010), quando destaca que,

As mulheres negras não existem. Ou, falando de outra forma: as mulheres negras, como sujeitos identitários e políticos, são resultado de uma articulação de heterogeneidades, resultante de demandas históricas, políticas, culturais, de enfrentamento das condições adversas estabelecidas pela dominação ocidental eurocêntrica ao longo dos séculos de escravidão, expropriação colonial e da modernidade racializada e racista em que vivemos (Werneck, 2010. s/p).

De acordo com a reflexão exposta pela teórica e ativista, os eixos de subordinação tratados aqui são responsáveis por processos de exclusão que atravessam de forma mais aguda às mulheres negras.

No tópico seguinte será discutido como a produção dessas hierarquias figura no cenário do mercado de trabalho no Brasil, refletindo em dados apresentados em reportagem do jornal “O Globo” já mencionado aqui.

3 A PRODUÇÃO DAS HIERARQUIAS SOCIAIS DE CLASSE, RAÇA E GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

Ao enveredarmos na direção do universo do mercado de trabalho no Brasil, faz-se imperativo um movimento de retorno, ainda que breve, a algumas vicissitudes do trabalho escravo no Brasil desde os idos coloniais.



A demanda mercadológica europeia a partir do século XVI que impeliu sentido à estruturação e organização do trabalho no Brasil colonial, desenvolveu-se no âmbito da Plantation (concentração latifundiária, monocultura, mão- de- obra escrava e produção voltada para o mercado externo). Desta forma, a utilização da mão- de- obra escrava masculina predominou no mercado de trabalho colonial do Brasil.

Contudo, principalmente na zona rural do Brasil, onde se desenvolviam as primárias atividades agroexportadoras, através dos engenhos nas grandes fazendas, havia também as “casas grandes”, onde residiam os senhores (as) e seus familiares. É neste núcleo familiar que boa parte da mão- de- obra escrava feminina será empregada, atendendo com mais proximidade aos mandos e desmandos de seus senhores (as) no interior do universo doméstico, universo este de estruturação social e hierárquica onde predominavam as prerrogativas patriarcais.

Grosso modo, ao longo do período colonial e imperial no Brasil a dinâmica do trabalho escravo no país não apresentou significativas alterações. De acordo com as peculiaridades econômicas, a empregabilidade ora de um maior ou menor quantitativo de mão- de- obra escrava, alteravam-se no eixo urbano e rural em atividades ligadas ao plantio, a colheita, aos engenhos, a mineração, ao ganho, a extração, entre outras.

Entretanto, as referidas práticas não exigiam uma efetiva especialização da mão- de- obra. Portanto, de acordo com os interesses mercadológicos senhoriais não se investiu regularmente na especialização da escravaria. Em suma, a regulação das relações entre senhores (as) e escravos (as), dava-se com base no modelo de dominação de classes.

Com o advento do término da escravidão algumas alterações concernentes ao âmbito do trabalho se efetuaram no Brasil, porém, não tão significativas assim. A condição jurídica do trabalho escravo ganhou contornos de trabalho livre. Ainda no pós-abolição o Estado brasileiro empreendeu a vinda de trabalhadores europeus para substituírem a mão- de- obra ex- escrava e que seriam empregados no mundo de trabalho “qualificado”. Com isso, reduziam-se também oportunidades de inserção do trabalhador (a) negro (a) ex- escravo (a).

Diante de mais um fator de dificuldade de inserção no mercado de trabalho, cabe ao ex- escravo (a) às atividades subalternas, precárias, com baixos salários e pouco



prestígio social, tais elementos nos levam a crer que muitos aspectos da estrutura escravista de trabalho permaneceram arraigados na construção de hierarquias sociais de classe, raça e gênero no mercado de trabalho no Brasil pós- abolição.

Neste sentido, podemos observar as considerações de Flávio Dos Santos Gomes e Olivia Maria Gomes da Cunha (2007), sobre o assunto:

A sujeição, a subordinação e a desumanização, que davam inteligibilidade à experiência do cativo, forma requalificadas num contexto posterior ao término formal da escravidão, no qual relações de trabalho, de hierarquias e de poder abrigaram identidades sociais se não idênticas, similares àquelas que determinada historiografia qualificou como exclusivas ou características das relações senhor-escravo. (Gomes e Cunha, 2007, p.11)

Nota-se, no entanto, que o mercado de trabalho no Brasil ainda carrega as marcas de um sistema opressor e excludente, que hierarquiza e mantém grupos em posições desprivilegiadas na sociedade.

3.1 A MULHER NO MERCADO DE TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE

O século XX no Brasil efetiva uma dinâmica produtiva de caráter industrializado. A concentração fabril nas grandes cidades inverte a lógica da concentração populacional da zona rural para a zona urbana. Fatores econômicos, culturais e sociais, conjugados com o crescimento das atividades industriais, bem como a alteração de algumas estruturas produtivas ocorridas nas últimas décadas do século XX, contribuem para entendermos a inserção das mulheres no mercado de trabalho brasileiro.

Dentre as inúmeras formas de desigualdades existentes no conjunto da sociedade brasileira, evidenciamos àquelas que se estruturam e se hierarquizam a partir das relações de gênero. Apesar de um aumento significativo das mulheres no mercado de trabalho, bem como uma diminuição nas diferenças salariais quando comparadas ao sexo masculino, algumas incongruências ainda permanecem. Dificuldades de acesso a cargos de chefias, equiparação salarial com homens que ocupam os mesmos cargos;



restrita diversificação das ocupações no mercado de trabalho, tais empecilhos adquirem maior peso e aumentam em dramaticidade se atrelados às mulheres negras e pobres.

Isto, pois, ademais da abolição da escravatura em fins do século XIX, as estruturas básicas da sociedade permaneceram: Latifúndios, propriedade privada, monopólio dos meios de produção, restrição de acesso à educação formal e de qualidade, discriminação racial. Em suma, não se modificou as estruturas hierárquicas impostas pela lógica escravista.

Pesquisas atuais apontam que o nível de escolaridade determina os ganhos salariais, e também que, paulatinamente as mulheres vêm acumulando uma maior formação acadêmica, o que em última instancia amplia as possibilidades empregatícias e salariais das mulheres em relação aos homens. Porém esta nuance não se aplica ao conjunto universal das mulheres brasileiras.

A maioria das mulheres de origem afrodescendente não dispõe das mesmas oportunidades de acesso à educação, se comparadas às mulheres brancas. Um desdobramento desta dinâmica que ainda apresenta vestígios de um passado escravista refere-se ao fato de o maior contingente populacional negro feminino, no que tange ao mercado de trabalho, encontrar-se trabalhando na informalidade ou em atividades domésticas de baixa remuneração. Desta maneira, de acordo com a autora Bergman (2011):

Se levarmos em consideração a dimensão da esfera de trabalho composta por empregadas domésticas é possível notar que, esse era um setor fundamental do universo do trabalho dentro das grandes cidades, na virada do XIX para o XX, pois ele assegurou de maneira acentuada a incorporação dessas trabalhadoras no sistema produtivo. Verifica-se então, que neste contexto a divisão sexual do trabalho, já assumia um nível de hierarquização importante, entre libertas e ex-senhores (as), a ideologia predominante no mercado de trabalho foi a de manter as mulheres negras (ex- escravas), como cuidadoras dos lares. O trabalho como empregada doméstica foi uma recorrência na vida das mulheres negras não se configurando, em alguns casos, apenas como porta de entrada para o mercado de trabalho, mas como a única forma possível de ocupação oferecida a essas mulheres. Existe historicamente uma precariedade estrutural do trabalho doméstico no país, com trabalhadoras que foram colocadas imersas em proletariedade extrema, à margem da regulação salarial estatal. Sendo assim o trabalho doméstico contém, em si, a síntese da dominação, na medida em que articula a tríplice opressão secular de gênero, raça e classe. (Bergman, 2011, p.4)



Outro aspecto significativo desta apreciação é a temática da matéria jornalística que anima o referido artigo, onde a mesma nos sugere que devido ao passado escravista e racista de nossa sociedade, cidadãos juridicamente iguais permanecem dispostos de tratamentos e oportunidades desiguais no mercado de trabalho, e esta vicissitude faz-se mais aguda e evidente entre negros e mulheres, que quando se encontram fora do mercado formal de trabalho tem muito mais dificuldades de se recolocarem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração a hierarquização das estruturas sociais brasileira, observamos que grupos sociais compostos de mulheres e negros (as) sofrem com maior contundência os efeitos de diversos processos de discriminação, tais qual o racismo e o sexismo. É notável que o *módus-operandis* racista e machista continua atuando de maneira discriminatória, bem como preterindo as mulheres negras em detrimento das mulheres brancas e de homens.

Apesar do ideário propagado através da dita “democracia racial”, faz-se visível inúmeras contradições que abarcam uma desigualdade de oportunidades pautadas em distintas formas de discriminação racial, social e de gênero, ainda nos contextos contemporâneos. A pirâmide social do país deixa explícita que a experiência de ser mulher e a de ser negra impelem á esse segmento posições hierárquicas imensamente desfavoráveis.

Ainda na perspectiva de discriminação racial concluímos que o racismo está efetivamente atrelado às questões de posições de classe, contudo é visível que ele atravessa todas as classes e estruturas sociais no país. Entretanto, é necessário compreender que olhar somente para a problematização das classes sociais que são atravessadas pelo racismo não é suficiente para percebermos os processos de hierarquização de nossa sociedade.

As dimensões de classe e gênero enquanto categorias que auxiliam na compreensão da construção das hierarquias sociais, passam a vigorar com maior ênfase



a partir dos “Novos movimentos sociais” pós década de 1970. Com isto, o modelo hegemônico de padrão machista, bem como suas diversas estruturas e práticas sociais passam a ser constantemente questionados.

O mercado de trabalho no Brasil contemporâneo resguardando-se as devidas proporções apresenta ainda algumas hierarquizações sociais, raciais, de classe e gênero que foram erigidas desde os idos do período colonial escravista. Em suma, as estruturas hierárquicas impostas pela lógica escravista não se alteraram substancialmente e a dificuldade de ingresso no mercado de trabalho por parte de mulheres e negros (as) demonstram a persistência desta engrenagem excludente.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Márcio Mucedula. A construção das hierarquias sociais: classe, raça, gênero e etnicidade. *Cadernos de Pesquisa do CDHIS* — n. 36/37 — ano 20 — p. 83-88 — 2007.

BAIROS, Luíza. **Nossos Feminismos Revisitados**. In: Dossiê Mulheres Negras – Matilde Ribeiro (org). *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis/SC, CFH/CCE/UFSC, v.3 n. 3, 1995.

BRAH, Avtar. **Diferença, diversidade, diferenciação**. *Cadernos Pagu* (26), janeiro-junho de 2006: pg. 329-376.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. In: *Racismos contemporâneos*. Organização, Ashoka Empreendedores Sociais e Takano Cidadania. Rio de Janeiro: Takano Ed, 2003. (Coleção valores e atitudes. Série Valores; nº 1. Não discriminação).

CUNHA, Olivia Maria Gomes da. **Criadas para servir: Domesticidade, intimidade e retribuição**. IN:_____; GOMES, Flavio (Org.) **Quase- cidadão: Historias e Antropologias da pós-emancipação no Brasil**. RJ: FGV,2007.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

GOMES, Flavio dos Santos et al. **Cidades Negras: Africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX**. SP: Alameda,2006.



HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Organização de Liv Sovick. Tradução de Adelaine La Guardia Resende... [et al]. 1ª Ed atualizada. Belo Horizonte: Editora IFMG, 2009.

LOPES, Jussara de Cassia Soares. **Os mecanismos de naturalização do racismo e do sexismo em meninas negras: memórias de assistentes sociais negras catrumanas**. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: PUC, 2013.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

WERNECK, Jurema. **Nossos passos vêm de longe!** Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. Revista da ABPN, vol. 1, n. 1, mar-jun 2010.

“**Exclusão no trabalho: Mulher e negro ficam mais tempo desempregados**”. Veiculada no jornal “O Globo” em 19/08/2-13. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/os-excluidos-do-trabalho9603327#ixzz2fBYU7Uai>>. Acesso em 22 de agosto de 2013.



Anexo

Reportagem o Globo

Os excluídos do trabalho

- Mulheres e negros são mais de 60% entre os que estão desempregados há mais de um ano. **A mineira Leila Gomes veio para o Rio há oito anos em busca de oportunidades, mas mesmo com o ensino médio completo não consegue** Paiva

RIO - O bom desempenho do mercado de trabalho brasileiro nos últimos anos expôs um grave problema: a existência de um grupo de pessoas que dificilmente consegue uma vaga, mesmo quando as taxas de desemprego são as menores da história, em patamares próximos a 6% (pelos cálculos do IBGE), como vem ocorrendo no Brasil nos últimos dois anos. Segundo especialistas, para esse grupo, se o emprego é difícil quando o quadro é favorável no mercado de trabalho, a situação se torna ainda mais crítica quando a perda de fôlego na economia começa a se refletir na geração de vagas, como está acontecendo agora.

Estudo feito pelo Dieese, a pedido do GLOBO, mostra que mulheres e negros, que já são a maioria entre todos os desempregados, são ainda mais numerosos entre os que buscam vaga há mais de um ano. Entre os trabalhadores que procura emprego há menos de um ano, 53,9% são mulheres e 53,3%, negros. Essas fatias sobem para 63,2% e 60,6% entre os que estão desempregados há mais de um ano.

— O desemprego caiu nos últimos anos. Mas é como uma piscina com um fluxo de entrada e saída. Tem gente sempre ficando no fundo e, quanto mais tempo a pessoa fica desempregada, mais tempo ela tende a ficar desempregada — diz a economista Lúcia Garcia, coordenadora das Pesquisas de Emprego e Desemprego do Dieese.

Quanto menor a taxa geral de desemprego, mais numerosos são negros e mulheres entre os desempregados de longo prazo. Segundo o Dieese, em 1999, quando a taxa de desemprego pela instituição era perto de 20%, negros e mulheres eram cerca de metade dos trabalhadores sem emprego há mais de um ano. Em 2012, quando a taxa de desocupação foi de 10,5%, nas contas do Dieese, eles superavam 60% dos desempregados de longo prazo.

O IBGE, que calcula a taxa de desemprego oficial do país a partir de seis regiões metropolitanas, estima que há 205.155 pessoas nessa situação, ou 14% de quem buscava vaga em junho.

— O desemprego alto afeta todos, nivela por baixo. Quando a taxa de desemprego cai, atinge de maneira mais persistente os grupos sociais mais vulneráveis — diz Lúcia.



Segundo o estudo do Dieese, quando se considera a escolaridade, trabalhadores com ensino médio completo ou superior incompleto são a maior parcela: 46,2% dos que estão há muito tempo desempregados. Na avaliação de Lúcia, o aumento da escolaridade média do brasileiro explica a maior parcela de desempregados de longa duração com ensino médio ou superior incompleto. Nos últimos anos, os jovens puderam ficar mais tempo estudando antes de buscar emprego, mas essa escolaridade maior nem sempre garantiu a entrada no mercado de trabalho.

A mineira Leila Soares, de 27 anos, conta que com o ensino médio completo tem visto as portas do emprego se fecharem por falta de experiência. Cursa o ensino profissionalizante para auxiliar administrativa e viu como é difícil conciliar estudo e trabalho. Em um dos últimos trabalhos, como vendedora, acabou demitida:

— Queria estudar também e falavam que não dava — conta.

Leila veio para o Rio há oito anos em busca de condições melhores de emprego e até agora não encontrou:

— Dá a impressão de que nunca está bom, que não estou atendendo às exigências.

‘Essas pessoas estão a Deus dar’

Claudio Dedecca, professor da Unicamp, diz que, quando a economia começa a crescer e o desemprego cai rapidamente, como ocorreu no Brasil, as empresas admitem primeiro as pessoas mais bem posicionadas no mercado e só depois aquelas com defasagem profissional:

— A taxa de desemprego baixa fica carregada de trabalhadores com qualificação desfavorável. Essas pessoas sobrando no desemprego estão a Deus dar, porque o país não tem política pública para reingresso no mercado.

Para o coordenador de Estudos e Pesquisa em Trabalho e Renda do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Gabriel Ulyseu, a maior escolaridade da força de trabalho e a política de valorização do salário mínimo ampliaram exigências dos empregadores:

— Eles buscam maior produtividade do empregado e optam pelos mais qualificados.

Desde que deixou o Piscinão de Ramos em fevereiro de 2012, onde vendia sacolé com a filha, Ileanne Ambrósio da Silva, 42 anos, madruga em busca de emprego. Sai de casa às 4h30 para ir aos centros de atendimento profissional e conta que os empregadores estão mais exigentes para pessoas como ela, que conseguiu estudar apenas seis meses e só sabe assinar o próprio nome.

— Nunca tive carteira de trabalho, mas agora parece que ficou pior, não consigo achar nada. Eles querem segundo grau, mas para quê se vou empacotar ou limpar o chão? Se tivesse segundo grau, estava em um escritório — reclama.

Leia mais sobre esse assunto em <http://oglobo.globo.com/economia/os-excluidos-do-trabalho-9603327#ixzz2fkWTIEeA>

© 1996 - 2013. Todos direitos reservados a Infoglobo Comunicação e Participações S.A. Este material não pode ser publicado, transmitido por broadcast, reescrito ou redistribuído sem autorização.